



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 20/01/2020. Publicação: 21/01/2020. Edição nº 014/2020.

- i) Comprovante de votação da última eleição;
j) Comprovante de Residência no local em que será exercido o estágio, assim considerados a área metropolitana de Teresina, conforme Lei Complementar nº 112, de 19/09/2011, e os termos judiciais da comarca da Ilha de São Luís;
k) Atestado médico comprovando aptidão à atividade;
l) Autorização dos responsáveis legais em caso de o estudante ser menor de 18 (dezoito) e maior de 16 (dezeses) anos;
m) Certidões de Antecedentes Criminais expedidas pela Justiça Federal, Estadual e Eleitoral, para fins de comprovação do gozo de boa conduta social e ausência de registro de antecedentes criminais.
Mais informações: (98) 3219-1646 / 3219-1760 das 08:00 às 15:00h.
São Luís/MA, 16 de janeiro de 2020.

LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO
Procurador-Geral de Justiça

ANEXO I – RELAÇÃO DOS ESTUDANTES CONVOCADOS PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO COM
LOTAÇÃO EM SÃO LUÍS, JOÃO LISBOA E TIMON.

SÃO LUÍS		
DIREITO		
CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	NOTA FINAL
96	MARIA VITÓRIA BARROS BRUZACA	68
97	PAULA MARQUES EVANGELISTA	68
98	LORENA SILVA PINHEIRO	68
99	TULLIO MACEDO DE ARAUJO	66

JOÃO LISBOA		
DIREITO		
CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	NOTA FINAL
3	ELESSANDRA ARAÚJO DE SOUSA SILVA	74

TIMON		
DIREITO		
CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	NOTA FINAL
16	ESTHER MAYRA DOS SANTOS ARAÚJO BRANDÃO	66
17	MARCOS WALLACE CAVALCANTE DE SOUZA FREITAS	64

São Luís/MA, 16 de janeiro de 2020.

Escola Superior

EDITAL

EDT-ESMP - 12020

Código de validação: 2BAF43C81A

EDITAL Nº 001/2020 – ESMP/MA, DE 16 DE JANEIRO DE 2020 – PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NA PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU DE GESTÃO E GOVERNANÇA EM MINISTÉRIO PÚBLICO DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO.



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 20/01/2020. Publicação: 21/01/2020. Edição nº 014/2020.

O DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem através do presente edital público, fazer conhecido aos interessados que estarão abertas as inscrições ao processo seletivo 2020 para preenchimento das vagas do Curso de Especialização em Gestão e Governança em Ministério Público, a partir do dia 20 de janeiro até o dia 1º de março de 2020, nos seguintes termos:

DAS VAGAS: Serão ofertadas 30(trinta) vagas, exclusivamente para membros e servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão.

1. Para se inscrever no processo seletivo o candidato deverá preencher o formulário eletrônico e apresentar os seguintes documentos:

- a) cópia do Diploma de Graduação de cursos reconhecidos pelo MEC, ou declaração de conclusão, fornecida pelo coordenador do referido curso;
- b) cópia da carteira de identidade e da inscrição no cadastro de pessoa física;
- c) carta de intenções; v. anexo I.

1.1. As inscrições serão realizadas através do endereço eletrônico <https://seletivos.mpma.mp.br>, que estará disponível durante o período de inscrição.

1.2. O candidato será responsável por qualquer erro e/ou omissão nas informações prestadas na ficha de inscrição.

1.3. O candidato que fizer qualquer declaração falsa, inexata, ou ainda, que não possa satisfazer todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada e, em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado no processo seletivo e que o fato seja constatado posteriormente.

2. O processo seletivo compreende a análise da carta de intenções.

3. A Comissão Examinadora atribuirá à carta de intenções pontuação até o máximo de 100 (cem), considerando-se aprovados os candidatos que obtiverem nota mínima igual ou superior a 70 (setenta).

4. Havendo igualdade entre candidatos na pontuação final, será utilizado, como critério de desempate, na seguinte ordem: (i) a ausência de titulação em pós-graduação lato sensu ou stricto sensu; (ii) a antiguidade, considerada a data de ingresso na carreira; e, sucessivamente, (iii) obterá preferência o que tiver mais idade, considerando dia, mês e ano de nascimento.

5. O resultado do processo seletivo será divulgado até o dia 09 de março de 2020, através de publicação no endereço eletrônico: <https://seletivos.mpma.mp.br>.

6. Não haverá segunda chamada, vistas ou revisão do processo seletivo.

7. A avaliação dos candidatos e os critérios de admissão regular-se-ão pelas disposições contidas nos Regimentos Interno e do Programa de Pós-graduação da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão.

8. Os candidatos aprovados efetuarão seus registros bem como suas matrículas no prazo de 02 dias da divulgação final dos resultados.

9. Aos membros e servidores vinculados ao quadro do Ministério Público do Maranhão, no ato da inscrição, deverão firmar compromisso de:

9.1 Permanência na instituição por prazo igual àquele do período de execução do curso, sob pena de restituição financeira integral, em valores atualizados de mercado, tomando-se por indexador o valor médio praticado para as Especializações em Direito ofertadas pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA; e,

9.2. Disposição à Administração Superior, sem prejuízo das suas funções, por igual período ao do seu afastamento, para atuar em programas de aperfeiçoamento dos quadros da Instituição, dentro de sua área de especialização, reservando, ainda, tempo mínimo de duas horas semanais para atividades da Escola Superior do Ministério Público, preferencialmente a de magistério.

10. A mesma regra contida no item 9.1 deste aplica-se às situações de abandono ou desistência.

11. O processo seletivo de que trata este edital e o curso respectivo são disciplinados pelos Regimentos Interno da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, do Programa de Pós-graduação e demais normas aplicáveis à espécie.

12. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão Examinadora, designada pelo Diretor da ESMP/MA.

DA DURAÇÃO: O presente curso possui carga horária de 360 horas/aula, tendo duração mínima de 12 (doze) meses e máxima de 18 (dezoito) meses, nesses prazos incluída a aprovação do Trabalho Final, o qual deverá ser apresentado até 03 (três) meses após o término das aulas.

São Luís, 16 de janeiro de 2020.

* Assinado eletronicamente

MARCIO THADEU SILVA MARQUES

Diretor da Escola Superior do Ministério Público

Matrícula 656306

Documento assinado. Ilha de São Luís, 17/01/2020 11:10 (MARCIO THADEU SILVA MARQUES)

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (ESMP/MA)

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E GOVERNANÇA EM MINISTÉRIO PÚBLICO



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 20/01/2020. Publicação: 21/01/2020. Edição nº 014/2020.

JUSTIFICATIVA

A Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão, ex vi das novas diretrizes traçadas pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, ostenta um novo perfil finalístico, representado no “oferecimento de cursos jurídicos e afins, de pós-graduação, à sociedade em geral”, conforme insculpido na atual redação do art. 37, caput, da Lei Complementar nº 013, de 25 de outubro de 1991.

De modo recente o Conselho Estadual de Educação do Maranhão, através da Resolução nº 109/2016 – CEE/MA, e, tendo em vista as Resoluções CNE/CES nº 01/2007 e nº 07/2011, dispôs especificamente, relativo às Escolas Institucionais, como é o caso da ESMP/MA que, as Escolas de Governo criadas e mantidas pelo Poder Público Estadual ou Municipal poderão ser credenciadas e recredenciadas para oferecer cursos presenciais de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização.

O significativo aumento das atividades ministeriais e da sua estrutura, tanto interna, como externa, de fiscalização e de controle, redundou em uma visível complexidade da rotina das Promotorias e Procuradorias de Justiça, a exigir desafios e responsabilidades correspondentes a esse incremento. Em consequência, tornou-se imprescindível e urgente a busca de novos saberes interdisciplinares ao Direito, a utilização de novas ferramentas, metodologias e concepções que melhor se adéquem a essa nossa exigência de trabalho, à vista a realização dos novos paradigmas da missão do Ministério Público.

Dessa forma, é que a presente Escola de Governo diagnostica a necessidade do oferecimento de especialização destinada a Procuradores e Promotores de Justiça, e, servidores ministeriais, incluindo ramos metajurídicos do conhecimento, provenientes dos cursos de Administração, Economia, Ciências Contábeis, Tecnologia da Informação, Sociologia, Antropologia, Serviço Social e Psicologia, que alinhados com a formação jurídica, proporcionarão um desempenho mais competente e habilitado por parte de profissionais que atualmente exercem concomitantemente às suas funções jurídicas típicas, atribuições de gestão e de liderança.

Como efeito propõe uma reanálise de protocolos de atuação, revisitando as atuais formas de organização e de gestão das Procuradorias e Promotorias de Justiça, tencionando a superação de obstáculos a muito sedimentados que impedem a validação do princípio constitucional da eficiência na Administração Pública, e dão causa à morosidade, à baixa credibilidade e à burocracia excessiva na prática da atividade pública.

Encontrar o equilíbrio entre esses novos padrões de laboração, orientados por um formalismo moderado, essencial para a validade dos atos, que ao garantir a segurança jurídica não se afaste da eficiência e produtividade. E, que além de tudo seja hábil em estabelecer um envolvimento funcional entre Procuradores e Promotores de Justiça e suas equipes de trabalho, fomentando a liderança necessária capaz de entrelaçar os recursos humanos e os materiais disponíveis, a produção decisória pertinente, os procedimentos céleres e seguros, o cadastro de informações, as avaliações de desempenho, o diálogo com a sociedade, devidamente descomplexificado pela tecnologia da informação

Nesse enquadramento, o presente projeto de Curso de Pós-Graduação lato sensu, na modalidade de Especialização, inserido no Programa de Pós-Graduação da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão, já devidamente credenciada, nos termos da Resolução nº 232/2005-CEE, esta retificada e complementada pela Resolução nº 002/2006-CEE, apresenta um conjunto de disciplinas com ementas que propiciam conhecimentos teóricos e práticos na área de gestão e governança.

Dessa forma, busca levar à reflexão sobre a extensão da missão constitucional do Ministério Público brasileiro, na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como sobre o novo perfil do Procurador e Promotor de Justiça exigido por essa atual conjuntura, que, para tanto, necessita do desenvolvimento de novas habilidades e competências eficazes a contribuir para uma melhor performance institucional.

OBJETIVOS

São objetivos gerais do Curso os seguintes:

a) atender às novas diretrizes constitucionais, determinadas pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, no relativo ao aprimoramento dos membros e servidores dos quadros do Ministério Público, tendo em vista, ainda, a premente necessidade de constante atualização de conhecimentos, em face das reflexões originadas na prática jurídica e estimuladas pela própria natureza da Ciência do Direito, cuja dinâmica revela o conflito social e gera uma indispensável resposta por parte do sistema de Justiça e de Direito ao cidadão jurisdicionado;

b) oferecer elementos para a sistematização das ações pedagógico institucionais do Ministério Público do Estado do Maranhão;

c) aprofundar o conhecimento profissional e acadêmico, bem assim possibilitar o desenvolvimento da habilidade de produzir pesquisa em área específica e levar à preparação obrigatória de notas técnicas, manuais operacionais, artigos e outros trabalhos, além da monografia final, em que se revelem adequada revisão bibliográfica, capacidade de sistematização e de exposição, domínio do tema e da metodologia pertinente.

São objetivos específicos do Curso os adiante discriminados:

a) formar profissionais do Ministério Público com conhecimento aprofundado, atualizado e crítico em Gestão, Governança e Planejamento Estratégico e Políticas Públicas, que possam contribuir para a formulação de novos modelos e paradigmas de Ministério Público resolutivo;

b) qualificar membros e servidores do Ministério Público para a adoção de uma postura proativa e renovadora em relação a rotinas, projetos e processos, de modo a realizar a visão institucional contida no Planejamento Estratégico do MPMA – 2016 – 2021, de consolidar-se na sociedade como instituição de credibilidade, independente, inovadora e transformadora da realidade social;



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 20/01/2020. Publicação: 21/01/2020. Edição nº 014/2020.

c) desenvolver habilidades e competências voltadas para a produção de pesquisa e de conhecimento em Gestão e Governança em Ministério Público, mediante estímulo à reflexão e ao debate crítico e à produção acadêmica, em abordagem com ênfase na interdisciplinaridade;

d) capacitar membros e servidores do Ministério Público para a docência superior no domínio da área de conhecimento ofertada;

e) contribuir para a geração de uma reflexão questionadora do exercício profissional e do papel político e social do Estado e de seus agentes na construção de uma democracia participativa e plural, com alicerce em valores éticos.

ESTRUTURA DO CURSO

O Curso apresenta feição modular, estando concentrado em dois Núcleos Programáticos – o Básico e o de Especialização –, cujos conteúdos combinarão aulas expositivas e interativas, além de seminários seguidos de debates.

O Núcleo Básico objetiva proporcionar conhecimentos gerais de natureza filosófica, político-social e jurídico-constitucional, com interdisciplinaridade nas faculdades de Administração, Economia, Ciências Contábeis, Tecnologia da Informação, Sociologia, Antropologia, Serviço Social; e o Núcleo de Especialização visa propiciar a aquisição e a atualização de conhecimentos específicos nas áreas de Direito Constitucional, Direito Administrativo, Gestão Pública, Governança e Políticas Públicas.

Os seminários servirão para o debate de assuntos emergentes no domínio do Direito Público e das áreas de conhecimento interdisciplinares do presente curso.

NÚCLEO BÁSICO

Disciplinas:

Teoria Contemporânea da Democracia

40 h

A ideia da política e da democracia. Modelos. Teoria e prática democrática na atualidade. Democracia e Justiça. Cidadania e participação. Novos formatos de participação política. A teoria econômica da democracia. Desigualdade e democracia. Democracia cosmopolita: forma e conteúdo da política democrática para articular os níveis locais, nacional, regionais e global. A construção da democracia e os Direitos Humanos. Democracia Digital e Governo Eletrônico.

A Nova Administração Pública

20 h

Teoria geral da administração pública. Gestão pública e o resultado social. Gastos com pessoal. Dívida pública e endividamento. Elaboração e execução orçamentária. Prestação de contas. Fiscalização da gestão fiscal. Transparência pública. Organização, estruturação e o funcionamento do Sistema de Controle Interno. Balanço social: as metas projetadas e os resultados alcançados.

Gestão de Pessoas sob a ótica da Psicologia Organizacional

10 h

Histórico e conceituação da gestão por competências. Mapeamento e descrição de competências. Mensuração, seleção e avaliação. Plano de desenvolvimento por competências. Implicações sociais e dificuldades. Plano de desenvolvimento por competências. Implicações sociais e dificuldades. Teorias motivacionais. Gestão de Diversidades, suas dimensões e perspectivas. Práticas de Recursos Humanos (Recrutamento, Seleção e Retenção de Pessoas), Remuneração, Aprendizagem e Treinamento) e suas consequências no contexto das organizações públicas, Qualidade de Vida e saúde em organizações públicas.

Antropologia Social aplicada a Gestão de Pessoas

10h

Antropologia e realidade social: mudança de conceitos e atitudes. Desenvolvimento de um novo padrão de relacionamento no trabalho. Implicações éticas nas relações profissionais. Indivíduos, Grupos e Comportamentos nas organizações: Simbolismos, Culturas e Identidades em organizações públicas. A importância do papel do líder. Mudança Organizacional. Poder nas Organizações Públicas.

Geografia, História e Desenvolvimento Regional

20h

Reflexões sobre a reprodução e transformações dos conceitos de mandonismo, clientelismo e patrimonialismo no poder local atual. A importância do gestor público na implementação de uma administração pública democrática. Planejamento, participação, práticas sociais, formação do planejador na história do Brasil. Políticas públicas e o desenvolvimento local. Concepções de desenvolvimento econômico e de desenvolvimento local. Planejamento econômico, urbano e regional. Globalização e o desenvolvimento local: o papel das esferas governamentais no planejamento e no desenvolvimento local.

Controladoria Pública

20h

Estrutura de governança no setor público. A controladoria e a estrutura de governança no setor público. Visão do controle no setor público brasileiro. Controle interno, Controle Externo e Controle Social. A dimensão da



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 20/01/2020. Publicação: 21/01/2020. Edição nº 014/2020.

eficiência e a dimensão da legalidade no setor público. Avaliação de desempenho no setor público. Reconhecimento, mensuração e evidência da eficiência, eficácia e efetividade no setor público. Sistemas de Informação sobre gestão pública. Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial: as contribuições do New Public Management (NPM) no setor público. Gestão orientada por resultados no setor público. Gestão de qualidade do gasto do setor público.

Metodologia e Didática do Ensino Superior 20 h
Conceitos básicos de Metodologia do Ensino. Didática do Ensino. As diferentes correntes da Educação no ensino superior. Processos educativos e Técnicas de abordagem inclusiva e interdisciplinar em espaços de trabalho. Elaboração de plano de ensino. Elaboração de plano de aula. Educação superior e as Metodologias Ativas.

Metodologia da Pesquisa 20 h
Epistemologia. Empirismo. Processo de Conhecimento. Métodos de abordagem. Fundamentações metodológicas. Tipos de pesquisa. Técnicas e procedimentos de pesquisa. Estrutura do Projeto de Pesquisa. Plano de Investigação. Plano de Exposição. Elaboração de Projeto de Pesquisa.

TOTAL 160 h

NÚCLEO DE ESPECIALIZAÇÃO

Disciplinas:

O Ministério Público Resolutivo 20 h
Ministério Público: objetivo estratégico e missão institucional. Princípios institucionais: autonomia, unidade e independência funcional dos agentes políticos. O Ministério Público como instrumento do reformismo transformador: atividade essencial básica e dinâmica institucional. O Ministério Público como sujeito das políticas públicas. Crítica do Ministério Público e análise de tendências: crise, obstáculos e potencialidades positivas

Controle e Avaliação de Políticas Públicas 40 h
Conceito e evolução. Ciclo de políticas públicas. A utilização dos Indicadores Socioeconômicos. Responsabilidade Social. Atores no processo de políticas públicas. A esfera pública no Brasil: especificidades e novas fronteiras entre o público e o privado. Uma introdução ao estudo das políticas públicas. As políticas públicas de corte social: sua trajetória e desenvolvimento em nível internacional e de Brasil.

Políticas Públicas no Ministério Público 20 h
Construção da agenda institucional. Legitimação. Política institucional: planos, programas e projetos. Transparência. Monitoramento. Avaliação. Impactos.

Novos desafios da Gestão de Promotorias de Justiça 20 h
Novas perspectivas de atuação funcional. Uma acepção operacional dos membros como agentes da vontade política transformadora. Atividade reativa e proativa do Ministério Público a partir de escutas sociais periódicas para uma gestão compartilhada da unidade com a sociedade civil. Processamento de problemas à luz da teoria geral do planejamento situacional. Customização social dos planos de atuação das promotorias. Ministério Público interagente para a efetividade de políticas públicas de interesse social. Legislação interna do MP/MA. Legislação do CNMP.

Planejamento Estratégico e Gestão da Produção em Promotorias de Justiça 20 h
Gestão Estratégica e Administração aplicadas às unidades ministeriais. Planejamento Estratégico: Modelos e métodos de planejamento. Projetos e Processos de Negócio. Gestão da Produção: Materializando o planejamento estratégico. Elaboração, monitoração e avaliação de Programas e Projetos.

Gestão Orçamentária e Financeira 20 h
A Lei de Responsabilidade Fiscal. Princípios informativos: Republicano, Democrático e Participativo. Princípios Gerais: Legalidade, Legitimidade, Impessoalidade, Moralidade Administrativa, Eficiência, Continuidade e



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 20/01/2020. Publicação: 21/01/2020. Edição nº 014/2020.

Publicidade. Princípios Setoriais: Planejamento, Equilíbrio e Controle. Princípio da Responsabilidade. Princípio da Responsividade. Finanças Públicas Aplicadas à Atividade Financeira do Estado. Integração do Planejamento à Execução Orçamentário Financeira. SIAFI – Instrumento para Execução Orçamentário Financeira. Execução das Receitas Públicas. Execução das Despesas Públicas. Programação Financeira. Restos a Pagar, Despesas de Exercícios Anteriores e Suprimento de Fundos. Introdução à Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Gestão de Segurança Institucional 20 h
Política de Segurança nas instituições públicas. Segurança institucional no Ministério Público. Planos de segurança institucional: segurança de recursos humanos; segurança do material; segurança das áreas e instalações; e segurança da informação.

Gestão da Tecnologia da Informação e a Atividade Finalística do Ministério Público 20 h
Evolução da Tecnologia da Informação. Dimensões e benefícios da sua utilização. Gestão Estratégica da Informação e alto desempenho. Uso da Tecnologia da Informação no setor público. Governo eletrônico: Aplicações, vantagens, interfaces, segurança e tendências. Tecnologia da informação aplicada à rotina institucional. Conhecimento dos sistemas de informação disponíveis pelo Ministério Público brasileiro.

Gestão e governança do Ministério Público e grupos vulneráveis 20 h
Conceito de grupos de vulneráveis (gênero, étnico-racial, povos tradicionais, população de rua, pessoas com deficiência, crianças, adolescentes e idosos) Atendimento. Acessibilidade. Protagonismo. Ministério Público e a atuação internacional.

TOTAL 200 h

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO

A área de concentração do Curso é em Gestão Pública e Direito Constitucional.

LINHAS DE PESQUISA

As linhas de pesquisa são estas: “Ministério Público Resolutivo”, “Estado Democrático e Governança no Brasil”, “Responsabilidade Política e Social”, “Gestão Pública” e “Políticas Públicas e Ministério Público”.

METODOLOGIA

O Curso será ministrado de forma presencial, mediante aulas expositivas e interativas, estudos dirigidos em sala de aula, discussão dos textos-base, simulações, análise de casos, pesquisa individual, elaboração de artigos, visitas técnicas, grupos de estudos e seminários, nos quais serão debatidos tópicos emergentes no âmbito da Gestão Pública. Algumas disciplinas poderão ser ofertadas, integral ou parcialmente na modalidade semipresencial, respeitados o limite de 20% (vinte por cento) da carga horária integral do curso.

DURAÇÃO

A duração do Curso é de dezoito meses, com início no primeiro semestre de 2020 e término em 2021.

CARGA HORÁRIA

A carga horária prevista é de 360 h.

PÚBLICO-ALVO E NÚMERO DE VAGAS

Estando a Escola Superior do Ministério Público do Maranhão inserida no escaninho das Escolas de Governo, bem como versando sobre currículo interdisciplinar, o público-alvo da presente pós-graduação lato sensu é constituído de membros e servidores do Ministério Público, com diploma de graduação ou pós-graduação em Direito ou em ramos das Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas, totalizando 30 (trinta) vagas.

LOCAL DE REALIZAÇÃO

O Curso terá lugar na Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, conforme calendário anexo.

BIBLIOTECA

A Escola Superior do Ministério Público dispõe de uma biblioteca própria, com serviço de internet, ostentando 1268 (mil duzentos e sessenta e oito) livros, 31 (trinta e um) títulos de periódicos e 506 (quinhentos e seis) exemplares, 64 (sessenta e quatro) monografias, 7 (sete) dissertações, 203 (duzentos e três) DVD's sobre temas jurídicos relativos a cursos ministrados na ESMP, entre outros. No Programa de Pós-Graduação lato sensu, são igualmente elaboradas apostilas digitais, com as cautelas legais, contendo os textos indicados pelo professor de cada disciplina. Ademais, a Procuradoria Geral de Justiça também possui biblioteca própria, de maior porte, com 3.460 (três mil, quatrocentos e sessenta) livros jurídicos, literários e técnicos, 19 (cento e seis) títulos de periódicos, 16 (dezesseis) monografias, 9 (nove) dissertações e 1 (uma) tese. Além do acervo da biblioteca digital da Fórum Editora.



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 20/01/2020. Publicação: 21/01/2020. Edição nº 014/2020.

AVALIAÇÃO

A aprovação e obtenção dos créditos em cada disciplina será condicionada a constituição de frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária correspondente.

O aproveitamento nas disciplinas e outras atividades do curso será avaliado por meio de exames, trabalhos escritos, seminários e/ou projetos, bem como através da participação e interesse demonstrados pelo aluno.

Será, ainda, requisito para a conclusão do curso e certificação, a apresentação de Trabalho Final de Curso, com devida aprovação.

CORPO DOCENTE E TITULAÇÕES

PROFESSORES PERMANENTES

CORPO DOCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA ESMP/MA

Alan Robert da Silva Ribeiro - Mestre

Ana Teresa Silva de Freitas – Doutora

Carlos Henrique Rodrigues Vieira – Doutor

Cássius Guimarães Chai – Doutor

Cláudio Luiz Frazão Ribeiro – Mestre

Eliandro Rômulo Cruz Araújo – Especialista

Emmanuel José Perez Netto Gutierrez – Especialista

José Márcio Maia Alves – Mestre

Karla Adriana Holanda Farias Vieira – Doutora

Leonardo Rodrigues Sampaio – Mestre

Luiz Muniz Rocha Filho – Mestre

Márcio Thadeu Silva Marques – Especialista

Ronald Pereira dos Santos - Doutor

Tatiana Alves de Paula – Mestra

PROFESSORES VISITANTES

Benjamin Alvino de Mesquita - Doutor

Francisco Dirceu Barros – Mestre

Gianpaolo Poggio Smanio – Doutor

Itanieli Rotondo Sá - Mestra

João Santa Terra Júnior - Mestre

José de Ribamar Caldas Furtado – Mestre

Júlia Whendausen Cavallazzi - Especialista

Marcelo Pedroso Goulart – Mestre

Márcio Soares Berclaz - Doutor

María Esther Martínez Quintero – Doutora

May Guimarães Ferreira – Doutora

Raimundo Nonato Palhano - Mestre

Roberto Carvalho Veloso – Doutor

Roberto Mauro Gurgel Rocha – Doutor

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa – Doutora

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. Por Que As Nações Fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2012. ALBERONI, Francisco. Gênese: como se criam os mitos. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. ALMEIDA, Gregório Assagra de, SOARES JÚNIOR, Jarbas (coord.). Teoria geral do Ministério Público. Belo Horizonte: Del Rey, 2013. ALTOUNIAN, Cláudio Sarian; SOUZA, Daniel Luiz de; LAPA, Leonardo Renne Guimarães. Gestão e governança pública para resultados: uma visão prática. Belo Horizonte: Fórum, 2018. ALVES, José Márcio Maia. Ministério Público e Políticas Públicas: ação comunicativa e participação popular para efetiva dos interesses sociais. Curitiba: Juruá, 2017. ARAGON, Alexandre Augusto. Vade mecum segurança pública. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2010. Brasil. Gabinetes de gestão integrada em segurança pública: coletânea 2003 - 2009/Secretaria Nacional de Segurança Pública. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2009. ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. Estudos Avançados, São Paulo, vol.11, n.29, p.7-36, abr. 1997. AVRITZER, L.; BIGNOTO, N.; GUIMARÃES, J; STARLING, H. (Org.) A corrupção: ensaios e críticas. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. BERGER, Peter L. Perspectivas sociológicas: uma visão humanística. Petrópolis: Vozes, 2011. BOBBIO, Norberto ; BOVERO, Michelangelo. Sociedad y estado em la filosofia moderna. Madri Fondo de Cultura Económica de España, 1986. BONATTO, Hamilton. Governança e gestão de obras públicas: do planejamento à pós-ocupação. Belo Horizonte: Fórum, 2018. BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Estratégia de Governança Digital: Transformação Digital – cidadania e governo. -- Brasília: MP, 2018. 56p. CAMPOS, Fernanda. O Ministério Público como ator na implementação de políticas públicas. In: VILELLA, Patrícia (coord.). Ministério Público e políticas públicas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. p. 73-85 CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Estudos



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 20/01/2020. Publicação: 21/01/2020. Edição nº 014/2020.

sobre direitos fundamentais. 2. ed. Coimbra: Coimbra Ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009 CARDOSO, Fernando Henrique. Autoritarismo e democratização. RJ : Paz e Terra, 1975. CHAVES, Cristiano, ALVES, Leonardo Barreto Moreira, ROSENVALD, Nelson. Temas atuais do Ministério Público. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. CHIAVENATO, Idalberto. Teoria geral da administração. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. COHEN, E.; FRANCO, R. Avaliação de projetos sociais. Vozes: Petrópolis, 1993. COURA, Alexandre de Castro, FONSECA, Bruno Gomes Borges da. Ministério Público brasileiro: entre unidade e independência. São Paulo: LTr, 2015. DEMO, Pedro. Alguns temas instigadores In: DEMO, Pedro. Desafios modernos da educação. Petrópolis: Vozes, 1993. p. 211-227 DENHARDT, R. B. Teorias da Administração Pública. Tradução: Francisco G. Heidmann. São Paulo: Cengage Learning, 2012. DIAS, Josué Lima. Constituição, direitos fundamentais e política. Belo Horizonte: Fórum, 2017. DWORKIN, Ronald. A virtude soberana: & teoria e a prática da igualdade. São Paulo, Martins Fontes, 2008 ECO, Humberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 1994. FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. SP: Globo, 2001. FERNANDES, Aguinaldo Aragon; ABREU, Vladimir Ferraz. Implantando a Governança de TI da estratégia à gestão dos processos e serviços. 4. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2014 FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. FERREIRA, May Guimarães. Psicologia educacional: análise crítica. São Paulo: Cortez, 1986. FERRAJOLI, Luigi; STRECK, Lenio Luiz; TRINDADE, André Karam. Garantismo, (neo)constitucionalismo e hermenêutica: diálogos com Luigi Ferrajoli. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013. FRANCO, Decio Henrique; CAZELA, Moises Miguel; RODRIGUES, Edna de Almeida. Tecnologias e ferramentas de gestão. São Paulo: Alínea, 2009. FREYRE, Gilberto. Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003. FREIRE, Paulo. Alfabetização e conscientização. In: FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980. p. 25-40. FURTADO, Lucas Rocha. As raízes da corrupção no Brasil. Belo Horizonte: Fórum, 2015. GIANNETTI, E. O valor do amanhã: ensaio sobre a natureza dos juros. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. Avaliação de políticas sociais e cidadania: pela ultrapassagem do modelo funcionalista clássico. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (org.). Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática. São Paulo: Veras, 2001. p. 17-35. GOMIDE, Alexandre, Ávila; PIRES, Roberto, Rocha, C. Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas. Brasília. IPEA, 2014. GOULART, Marcelo Pedroso, ESSADO, Tiago Cintra, CHOUKR, Fauzi Hassan, OLIVEIRA, William Terra de (org.). Ministério Público: pensamento crítico e práticas transformadoras. Belo Horizonte: D' Plácido, 2016. GOULART, Marcelo Pedroso. Elementos para uma teoria geral do Ministério Público. Belo Horizonte (MG): Arraes Editores, 2013. GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a política e o estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1991. GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982. GRUPPI, Luciano. O conceito e a hegemonia em Gramsci. São Paulo: Tecnos, 1979. GUIMARÃES NETO, Leonardo. Trajetória econômica de uma região periférica, Estudos Avançados, São Paulo, vol.11, n.29, p. 37-54, abr. 1997. HELLER L.; CASTRO, J. E. Política pública e gestão de serviços de saneamento. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2013. HOWLETT, M.; M. RAMESH; A. PEARL. Política pública: seus ciclos e subsistemas – uma abordagem integradora. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. HUNTER, James C. O monge e o executivo: uma história sobre a essência da liderança. Rio de Janeiro: Sextante, 2004. IANNI, Octavio. A era do globalismo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996. KEINERT, Tania Margarete Mezzomo. Administração pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas. São Paulo: Annablume: Fapespe, 2007. LEAL, Viactor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil. SP: Alfa Omega, 1.993. LEITE, Leonardo de Oliveira; REZENDE, Denis Alcides. E-gov.estratégico: governo eletrônico para gestão do desempenho da administração pública. Curitiba: Appris, 2015. LOCKEN, Sabrina Nunes. Controle compartilhado das políticas públicas. Belo Horizonte: Fórum, 2018. LUKÁCS, George. História e consciência de classe. São Paulo: Martins Fontes, 2003. MARQUES, E. S.; FARIA, C. A. P. A política pública como campo multidisciplinar. São Paulo: Editora UNESP; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. MENICUCCI, T. & GONTIJO, J.G.L. Gestão e Políticas Públicas no Cenário Contemporâneo: tendências nacionais e internacionais. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2016. MESQUITA, Benjamin Alvino de. Grandes projetos de investimentos na amazônia e as questões do desenvolvimento regional. In: MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; NOVAES Jurandir Santos de (org.). Povos tradicionais em colisão com estratégias empresariais no Maranhão e Pará. Manaus: UEA, 2015. MESQUITA, Benjamin Alvino de. A nova intervenção governamental, a dívida pública e o impasse no desenvolvimento regional da Amazônia brasileira. Revista de Políticas Públicas, São Luís, número especial, p-85-94, ago. 2010. MESQUITA, Benjamin Alvino de. Notas sobre a dinâmica econômica recente em área periférica : as mudanças na estrutura produtiva do Maranhão. In: CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, 1., 2011, Brasília, DF. Anais [...]. Brasília, DF: Ipea, 2012. p.1-15. MESQUITA, Benjamin Alvino de. Política de desenvolvimento e desigualdade regionais: o caráter seletivo e residual da Intervenção governamental no Maranhão. Revista de Políticas Públicas, São Luís, v. 11, n. 2, p. 27 – 54, jul./dez. 2007. MILESKI, Hélio Saul. O controle da gestão pública. Belo Horizonte: Fórum, 2018. MORAN, José. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: BACICH, Lilian; MORAN, José (org.). Metodologias ativas para uma aprendizagem inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018. p. 1-25 MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. O direito administrativo no século XXI. Belo Horizonte: Fórum, 2018. NARDES, João Augusto Ribeiro; ALTOUNIAN, Cláudio Sarian; VIEIRA, Luis Afonso Gomes. Governança Pública: o desafio do Brasil. Belo Horizonte: Fórum, 2018. NARDES, Augusto. Da governança à esperança. Belo Horizonte: Fórum, 2018. NOGUEIRA, M. A. Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011 NUNES, A. Economia e Ideologia: notas de aula de um curso de introdução à economia política. Editora CRV, 2012. OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. RAP, Rio de Janeiro 40(1), p. 273-88, mar./abr. 2006. PIKETTY, Thomas. O capital no



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 20/01/2020. Publicação: 21/01/2020. Edição nº 014/2020.

século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. PINTO, Hélio Pinheiro; LIMA NETO, Manoel Cavalcante de; LIMA, Alberto Jorge Correia de Barros; SOTTO-MAYOR, Lorena Carla Santos Vasconcelos; RAPOSO, Luciana. Constituição, direitos fundamentais e política. Belo Horizonte: Fórum, 2018. PIRES, Lilian Regina Gabriel Moreira. Região metropolitana: governança como instrumento de gestão compartilhada. Belo Horizonte: Fórum, 2018. PONTES FILHO, Waldir. Poder, direito e constituição. Belo Horizonte: Fórum, 2010. RAMOS, André de Carvalho. Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. RAWLS, John. Uma teoria da justiça. São Paulo: Martins Fontes, 2008. RESENDE, André Lara. Devagar e simples: Economia, Estado e vida contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. REZENDE, F. Finanças Públicas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. A construção do conceito de extensão universitária na América Latina. In: FARIA, Dóris Santos de. Construção conceitual da extensão universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. p. 12-29. ROSS, Jeanne W.; WEILL, Peter; ROBERTSON, David C. Arquitetura de TI como estratégia empresarial. São Paulo: M. Books, 2008. 184 p. SABELLA, Walter Paulo, DAL POZZO, Antônio Araldo Ferraz, BURLE FILHO, José Emmanuel. Ministério Público: vinte e cinco anos do novo perfil constitucional. São Paulo: Malheiros, 2013. SANTANA JUNIOR, Jorge José Barros de; LIBONATI, Jeronimo José; VASCONCELOS, Marco Tullio de Castro; SLOMSKI, Valmor. Transparência fiscal eletrônica: uma análise dos níveis de transparência apresentados nos sites dos poderes e órgãos dos Estados e do Distrito Federal do Brasil. REPec - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, Brasília, v. 3, n. 3, art. 4, p. 62-84, set/dez. 2009. SANT'ANNA, Ilza Martins; MENEGOLLA, Maximiliano. A didática e a vida. In: SANT'ANNA, Ilza Martins; MENEGOLLA, Maximiliano. Didática: aprender a ensinar. 3. ed. Rio de Janeiro: Loyola, 1995. p. 11-23. SANTOS, J. A. Economia pública. Lisboa: INA Editora, 2012. SECCHI, L. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo, Cengage Learning, 2010. SILVA, Arídio. RIBEIRO, Araújo. RODRIGUES, Luis. Sistemas de informação na administração pública. Local: Revan, 2007. SILVA, Christian Luiz da; & SOUZA-LIMA, José Edmilson de. Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável. São Paulo, Saraiva, 2010. SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (org.). Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática. São Paulo: Veras, 2001. p. 37-93. TARIN, Denise. A aliança entre o Ministério Público e a sociedade civil na definição de políticas públicas. In: VILELLA, Patrícia (coord.). Ministério Público e políticas públicas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. p. 47-72. TORRES, Marcelo Douglas de Figueredo. Estado, Democracia e Administração Pública no Brasil. São Paulo: FGV, 2007. VAINER, Carlos B. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. R.B. Estudos urbanos e regionais, v. 9, n. 1, p. 9-23, maio 2007. VIANNA, Luiz Weneck (org.). A democracia e os três poderes no Brasil. Belo Horizonte: Ed. UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ, 2002. WHORTEN B. R.; SANDERS J. R.; FITZPATRICK J. L. Avaliação de programas: concepções e práticas. São Paulo: Editora Gente, 2004.

CALENDÁRIO

ANEXO I

CALENDÁRIO DE REALIZAÇÃO DOS MÓDULOS DO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO - 2020

MÓDULOS	PERÍODO
MÓDULO I	12 e 13/03/2020
MÓDULO II	02 e 03/04/2020
MÓDULO III	16 e 17/04/2020
MÓDULO IV	07 e 08/05/2020
MÓDULO V	21 e 22/05/2020
MÓDULO VI	04 e 05/06/2020
MÓDULO VII	18 e 19/06/2020
MÓDULO VIII	02 e 03/07/2020
Férias	
MÓDULO IX	06 e 07/08/2020
MÓDULO X	20 e 21/08/2020
MÓDULO XI	03 e 04/09/2020
MÓDULO XII	17 e 18/09/2020
Recesso Eleições Municipais	



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 20/01/2020. Publicação: 21/01/2020. Edição nº 014/2020.

MÓDULO XIII	22 e 23/10/2020
MÓDULO XIV	29 e 30/10/2020
MÓDULO XV	05 e 06/11/2020
MÓDULO XVI	19 e 20/11/2020
MÓDULO XVII	03 e 04/12/2020
MÓDULO XVIII	17 e 18/12/2020

CARTA DE INTENÇÕES

Para a construção da carta de intenções, a justificar o interesse da candidata ou do candidato a cursar as Pós-graduações da ESMP-MA, sugere-se a inclusão dos elementos estruturais, destacados a seguir, que podem ser apresentados em itens ou em um texto único, formalizado, atendendo às regras da ABNT, em no mínimo duas e no máximo cinco laudas.

ELEMENTOS DA ESTRUTURA DA CARTA DE INTENÇÕES

CAPA

1 APRESENTAÇÃO

Nome

Nacionalidade e Naturalidade

Instituição

Cargo

Função

Local de Lotação ou de Exercício de suas atribuições

2 FORMAÇÃO E ATIVIDADES ACADÊMICAS E PROFISSIONAIS

Graduação (curso, ano de conclusão e instituição)

Outras Pós-graduações (curso, ano de conclusão e instituição)

Cursos de Idiomas (nominar os cursos, ressaltando o domínio da língua estrangeira)

Atividades acadêmicas (monitorias, participações em bancas, projetos de pesquisas, apresentações de trabalhos, etc.)

Cargos e Funções desempenhadas

Experiência Profissional

Outras Atividades Consideradas relevantes

Publicações

3 MOTIVAÇÃO PARA CURSAR A PÓS-GRADUAÇÃO

Neste item a autora ou o autor deve expor, em um texto claro, as suas necessidades e motivações, profissionais e/ou acadêmicas, para ser selecionado a cursar a Pós-graduação. Deve justificar a escolha do curso e os objetivos que pretende alcançar com o curso (habilidades ou domínios que pretende adquirir e como vai utilizá-los).

4 COMPROMISSO E EXPECTATIVAS

Neste último item a autora ou o autor deve descrever, em um texto redacional, de que forma se compromete, pessoalmente, com o curso e com a sua qualidade, destacando, também, quais as suas expectativas em relação a Pós-graduação, em que espera contribuir e quais as contribuições que espera receber.

LOCAL, DATA

ASSINATURA

NOME

PORTARIA

PORTARIA-ESMP - 32020

Código de validação: FB1873A4AB

Altera os arts. 3º e 4º da PORTARIA-ESMP-12020, para modificar o prazo de inscrição e de votação para a representação docente do Colegiado de Pós-Graduação da Escola Superior do Ministério Público.

O DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 7º, incisos I e II, bem assim seu parágrafo único, todos dispositivos do Ato Regulamentar nº 02/2019-GPGJ, e considerando a Decisão da Presidente da Comissão Eleitoral, de que trata a PORTARIA-ESMP-12020, que constatou a inexistência de candidaturas inscritas que atendam ao art. 2º, IV, do Regimento do Programa de Pós-Graduação da Escola Superior do Ministério